



2º Simulado Especial

TRT 15

Analista Judiciário – Área Judiciária
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRT-15 (Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça do TRT-15**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ntqHhRzrPHAY9mcq9>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/kx2M>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO I**

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1,5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO₂ que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para

nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em www.greenpeace.org/brasil. Adaptado)

01. A afirmação abaixo que pode ser inferida após a leitura do texto é:

- a) O controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
- b) De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
- c) Somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.
- d) A maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
- e) Os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.

02. Nesse texto, o autor:

- a) limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.
- b) reúne argumentos contraditórios.
- c) apresenta apenas opinião pessoal.
- d) opina com base em argumentos factuais.
- e) confronta diferentes opiniões.

03. Assinale a opção que apresenta uma preposição exigida pelo termo anterior.

- a) "vivemos no planeta" (2º parágrafo)
- b) "gases de efeito" (6º parágrafo)
- c) "pontos críticos de ruptura" (5º parágrafo)
- d) "emissão de gases" (2º parágrafo)
- e) "caminho para limitar o aquecimento global a 1.5 grau" (1º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que o conector QUE exerça a mesma função identificada em "Eles afirmavam que as evidências eram muitas".

- a) "O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz **que** [...]" (3º parágrafo).
- b) "a proporção de populações **que** sofrem com a escassez de água" (5º parágrafo).
- c) "o **que** ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono" (3º parágrafo)
- d) "proteger dos impactos **que** já estão sendo sentidos" (4º parágrafo)
- e) "revolucionar o setor agropecuário — **que** responde por cerca de 70% das emissões brasileiras" (4º parágrafo)

05. Assinale a opção que indica a frase que se encontra na ordem indireta.

- a) "Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio".
- b) "que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras"
- c) "não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa".
- d) "2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava"
- e) "Os próximos anos são críticos"

06. Marque a opção que apresenta entre parênteses a informação incorreta em relação ao termo destacado.

- a) "adotar um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas" (objeto direto)
- b) "Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio" (predicativo do sujeito)
- c) "O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira..." (aposto)
- d) "É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes" (sujeito)
- e) "o excesso de CO2 que já está na atmosfera" (verbo de ligação)

07. Assinale a alternativa em que o valor do conectivo foi identificado incorretamente:

"A Funarte interditou uma de suas sedes no Rio de Janeiro "por tempo indeterminado" já que suas "condições físicas e estruturais colocam em risco a integridade do acervo e das pessoas que nele trabalham e utilizam de seus serviços". Caso não haja nenhuma intervenção governamental, o prédio poderá sofrer danos irreparáveis. Ainda que o prédio esteja vazio, há riscos para os estabelecimentos que estão próximos em caso de desabamento. Segundo o presidente da Fundação, a entidade não recebeu repasses adequados do Governo nos últimos anos porque não era de seu interesse.

- a) já que = condição
- b) caso = condição
- c) ainda que = concessão
- d) segundo = conformidade
- e) porque = explicação

TEXTO II



Quino, Mafalda 2. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

08. O humor da tirinha baseia-se

- a) na expressão do personagem no terceiro quadrinho.
- b) no diálogo estabelecido entre os personagens
- c) na reação da personagem no último quadrinho.
- d) na atribuição de personalidade à "cultura".
- e) nos sentidos assumidos pelo vocábulo "veículo" na tirinha.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

09. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
 - II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
 - III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
 - IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.
- A partir dessas informações, é correto afirmar que
- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
 - b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
 - c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
 - d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
 - e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

10. Em uma cidade, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três bancos; X, Y e Z. Os resultados mostraram que:

- 210 pessoas gostam do banco X.
 - 210 pessoas gostam do banco Y.
 - 250 pessoas gostam do banco Z.
 - 20 pessoas gostam dos três bancos.
 - 100 pessoas não gostam de nenhum dos três bancos.
 - 60 pessoas gostam dos bancos X e Y.
 - 70 pessoas gostam dos bancos X e Z
 - 50 pessoas gostam dos bancos Y e Z.
- O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:
- a) 710
 - b) 570
 - c) 670
 - d) 630
 - e) 610

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

11. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

12. De acordo com a Resolução CSJT nº 386, de 30.8.2024. DEJT de 4.9.2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho, sobre as ações necessárias para a implementação desta Política e para a promoção da cultura inclusiva e anticapacitista,

- a) prevê a criação de mecanismos que viabilizem a escuta direta de pessoas com deficiência, a exceção das(os) jurisdicionados(as).
- b) trata sobre a necessidade de que sejam incluídos conteúdos correlatos a referida Política nos

currículos de aperfeiçoamento, a formação inicial e continuada de magistrados(as) e servidores(as), exclusivamente.

- c) menciona a capacitação periódica e facultativa de profissionais que atuam nas áreas de gestão de pessoas, arquitetura e engenharia, segurança, comunicação, tecnologia da informação, psicologia, assistência social e demais áreas de saúde, para aquisição de conhecimentos técnicos especializados.
- d) confere atenção especial às pessoas com deficiência intelectual na contratação de pessoas com deficiência na condição de aprendiz ou por meio de empresas de prestação de serviços
- e) veda a restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, exceto a exigência de aptidão plena.

13. Determinada repartição pública promove uma Convenção para Servidores Públicos sobre uma nova plataforma que deverá ser utilizada para fins institucionais. João, pessoa com deficiência, não consegue adentrar ao espaço reservado para o evento, em razão da inexistência de adaptações junto à entrada da sala, como rampas e passagem com metragem que permita a passagem de sua cadeira de rodas. A barreira presente junto ao salão onde ocorre a Convenção é

- a) barreira urbanística
- b) barreira estrutural
- c) barreira arquitetônica
- d) barreira atitudinal
- e) barreira tecnológica

CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT-15*Tiago Zanolla*

14. O Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região estabelece princípios e valores fundamentais que devem ser observados pelos servidores no exercício de suas funções. Entre esses princípios, destacam-se a **eficiência**, a **ética**, a **inovação** e a **responsabilidade social e ambiental**, garantindo que as ações sejam realizadas com qualidade, integridade e compromisso com o bem comum.

Com base no Código de Ética do TRT 15, assinale a alternativa correta:

- a) A eficiência e a efetividade significam que o servidor deve buscar cumprir suas atividades com rapidez, ainda que comprometa a qualidade do serviço prestado.
- b) O princípio da inovação estabelece que os servidores devem agir sempre conforme métodos tradicionais, evitando a implementação de novas ideias no ambiente institucional.
- c) O compromisso com a responsabilidade social e ambiental impõe aos servidores o dever de promover ações que priorizem a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.
- d) O princípio da ética no TRT 15 refere-se exclusivamente à honestidade financeira do servidor, sem relação com sua conduta profissional no ambiente de trabalho.
- e) O comprometimento do servidor significa que ele deve cumprir apenas as atividades essenciais de sua função, sem necessidade de dedicação para o alcance dos objetivos institucionais.

15. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a criação e composição da **Comissão** de Ética segue critérios específicos. Essa comissão tem papel fundamental na estrutura organizacional e na tomada de decisões institucionais, sendo formada por membros com diferentes atribuições dentro do tribunal.

Com base no artigo 8º, assinale a alternativa correta sobre a composição da Comissão:

- a) A Comissão será composta exclusivamente por desembargadores, garantindo que apenas magistrados de segundo grau tomem as decisões.
- b) A Comissão será integrada por um desembargador, um magistrado de primeiro grau e dois servidores, sendo um lotado em unidade de primeiro grau e outro em unidade de segundo grau.
- c) A participação de servidores na Comissão é opcional, sendo possível sua formação apenas por magistrados caso necessário.
- d) O magistrado de primeiro grau que compõe a Comissão deve obrigatoriamente ser presidente da mesma, conforme estabelecido no artigo 8º.
- e) A Comissão terá sua composição definida diretamente pelo presidente do Tribunal, sem necessidade de seguir critérios específicos.

REGIMENTO INTERNO DO TRT-15*Tiago Zanolla*

16. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, os procedimentos administrativos devem seguir regras específicas para garantir a transparência e a correta tramitação dos expedientes. Entre essas regras, estão a autuação eletrônica dos processos, os prazos para interposição de recursos e a competência dos órgãos responsáveis pelo julgamento das matérias administrativas.

Com base no Regimento Interno do TRT 15, assinale a alternativa correta:

- a) Os expedientes administrativos no TRT 15 devem ser autuados em sistema eletrônico próprio, seguindo numeração sequencial única por biênio.
- b) Os recursos contra decisões administrativas da Presidência do Tribunal e da Corregedoria devem ser interpostos no prazo de 15 dias, salvo se houver prazo específico estabelecido em lei.
- c) Caso um recurso administrativo seja recebido, ele será encaminhado ao Vice-Presidente Administrativo, que atuará como relator, salvo nos processos disciplinares contra magistrados.
- d) Os recursos contra decisões da Corregedoria Regional devem ser processados no sistema eletrônico da Presidência do Tribunal, sem necessidade de registro no Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCor).
- e) Apenas o Tribunal Pleno pode manifestar-se sobre procedimentos administrativos que envolvam matéria de relevante interesse institucional, sem possibilidade de apreciação pelo Órgão Especial.

17. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região estabelece a competência do Órgão Especial e do Tribunal Pleno para julgar determinadas matérias no âmbito judiciário. Essas competências envolvem processos como habeas corpus, mandado de segurança e ações rescisórias, bem como o julgamento de arguições de inconstitucionalidade.

Com base no Regimento Interno do TRT 15, assinale a alternativa correta:

- a) O Órgão Especial tem competência originária para julgar ações rescisórias contra qualquer decisão judicial proferida no TRT 15.
- b) O Tribunal Pleno processa e julga originariamente mandados de segurança impetrados contra atos do Presidente do Tribunal e de Desembargadores do TRT 15.
- c) O Órgão Especial é competente para julgar originariamente habeas corpus e habeas data em processos de sua competência e contra atos de autoridades do Tribunal, incluindo o Presidente e os Desembargadores.
- d) As arguições de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público são processadas e julgadas exclusivamente pelo Órgão Especial, sem necessidade de submissão ao Tribunal Pleno.
- e) O Tribunal Pleno tem competência exclusiva para julgar conflitos de competência e de jurisdição envolvendo os órgãos do Tribunal e os Desembargadores que os integram.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

18. Os indicadores de gestão são instrumentos que permitem avaliar o alcance dos objetivos de uma organização, grupo ou pessoas. Suponha que determinado órgão visando criar uma praça pública em determinado bairro, definida a partir de ampla consulta pública, concluiu seu projeto dentro do cronograma previsto; porém, em razão de falhas na gestão, promoveu gastos adicionais com pagamento de horas-extras e aditamentos contratuais. A população sem o conhecimento desses detalhes da gestão, ficou muito satisfeita com o projeto. Diante desse cenário, pode-se concluir que a atuação do referido órgão público se mostrou

- a) ineficaz, ineficiente e não efetiva, pois estes parâmetros somente podem ser aferidos conjuntamente.
- b) eficaz e eficiente, na medida em que atendeu à finalidade pública almejada, sendo dispensada a avaliação de custo.
- c) eficiente, porém não efetiva.
- d) dotada de efetividade, porém carecendo de eficiência, eis que não apresentou a melhor aplicação aos insumos aplicados.
- e) ineficiente, ineficaz e não efetiva

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

19. No Word, temos o recurso de Quebra de Seção que é utilizado para a criação de áreas de edição independentes no texto. Das letras abaixo, marque aquela que contem tipos de quebra de seção válidos:

- a) Contínuo; Página Par.
- b) Página Impar; Página Dupla.
- c) Contínuo; Duplo.
- d) Próxima Página; Mesclado.
- e) Página Dupla; Próxima Seção.

20. Das letras abaixo marque a que indica uma característica inválida para um endereço IPv4:

- a) É formado por quatro conjunto de 8 bits.
- b) Cada grupo varia entre 0 e 255.
- c) Possui, ao todo, 32 bits.
- d) É representado em decimal.
- e) Foi um padrão criado para possibilitar o fornecimento de um maior número de endereços válidos e se tornou necessário devido ao aumento da quantidade de máquinas nas redes

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

21. “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...)”

O dispositivo constitucional transcrito pode ser interpretado, quanto à sua aplicabilidade e eficácia, como uma norma:

- a) de eficácia contida
- b) de eficácia limitada
- c) de princípio institutivo
- d) de eficácia plena
- e) contida programática

22. Uma turma de um TRT deixou de aplicar uma lei ao caso concreto em julgamento, sob o fundamento de sua possível incompatibilidade com a Constituição Federal. Não pronunciou, contudo, de forma expressa a inconstitucionalidade. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que o referido órgão julgador atuou de forma:

- a) inadequada, violando a cláusula de reserva de plenário
- b) inadequada, pois apenas o STF pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei
- c) adequada
- d) adequada, desde que já tenha havido pronunciamento anterior da mesma turma
- e) inadequada, já que apenas a justiça comum pode exercer o controle difuso de constitucionalidade

23. Considere que Amanda, empregada doméstica que trabalha na residência de Mileide, alega ter sofrido dano moral, no âmbito dessa relação de

emprego. Inconformada, deseja obter judicialmente o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, além das verbas rescisórias e da indenização pelo dano moral sofrido. Nesse caso, à luz da jurisprudência, Amanda deve ajuizar:

- a) ação na Justiça do Trabalho, apenas
- b) ação na Justiça Comum, apenas
- c) uma ação na Justiça do Trabalho e outra na Justiça Comum
- d) ação na Justiça Federal
- e) uma ação na Justiça do Trabalho e outra na Justiça Federal

24. À luz da repartição constitucional de competências, pode-se dizer que legislar sobre proteção de dados pessoais cabe:

- a) exclusivamente à União
- b) privativamente aos Municípios
- c) privativamente à União
- d) concorrentemente à União, aos Estados e ao DF
- e) exclusivamente aos Estados

25. A Constituição Federal, ao tratar dos direitos sociais, assegura que:

- a) aos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal remunerado aos domingos
- b) aos trabalhadores, apenas urbanos, o trabalho extraordinário com valor superior a pelo menos 50% da hora normal
- c) aos trabalhadores urbanos e rurais o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário
- d) aos trabalhadores rurais, apenas, o fundo de garantia do tempo de serviço
- e) aos trabalhadores urbanos e rurais a igualdade de direitos entre o trabalhador avulso e o com vínculo permanente

26. A respeito das finanças públicas, julgue os itens a seguir:

- I - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- II – O Plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- III - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Está(ão) correto(s) apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I
- e) III

27. A respeito da previdência social, pode-se afirmar que:

- a) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, por prazo determinado, o valor real, conforme critérios definidos em lei
- b) É assegurada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência
- c) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano
- d) A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial
- e) Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, não serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

28. Joana é servidora pública federal e trabalha em Porto Alegre. Seu marido, que acabou de ser eleito deputado federal, foi empossado no cargo eletivo em Brasília. Diante dessa situação, Joana deseja acompanhá-lo e pretende requerer licença para acompanhamento de cônjuge. Com base na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) Joana poderá obter licença para acompanhar seu cônjuge, mantendo integralmente sua remuneração durante todo o período em que permanecer afastada de suas funções.
- b) a licença para acompanhamento de cônjuge pode ser concedida a Joana, mas será sem remuneração e por prazo indeterminado.
- c) a licença para acompanhamento de cônjuge somente pode ser concedida quando o deslocamento do cônjuge ocorrer para o exterior, não sendo aplicável para mudanças dentro do território nacional.
- d) a licença para acompanhamento de cônjuge não pode ser concedida a Joana, pois a legislação prevê essa hipótese apenas quando o deslocamento ocorre para mandato eletivo no Poder Executivo.
- e) caso Joana opte por solicitar a licença para acompanhamento de cônjuge, deverá obrigatoriamente abrir mão do cargo público, pois a legislação não prevê a possibilidade de manutenção do vínculo funcional após o deslocamento do servidor.

29. O Secretário de Administração de um estado decidiu delegar parte de suas atribuições a um Diretor de Departamento, visando dar maior celeridade a determinados processos administrativos. O ato de delegação foi publicado no diário oficial, indicando as matérias delegadas, os limites da atuação do delegado e a possibilidade de recurso. Posteriormente, o Secretário recebeu um recurso administrativo e, considerando a complexidade da matéria, determinou que o Diretor de Departamento decidisse a questão no lugar dele. Além disso, decidiu avocar, de forma permanente, a competência de um servidor hierarquicamente inferior, sob a justificativa de que ele não desempenhava suas funções de forma eficiente. Com base na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta:

- a) a delegação de competência do Secretário ao Diretor de Departamento é inválida, pois a delegação só pode ocorrer para órgãos hierarquicamente subordinados.
- b) o Secretário agiu corretamente ao determinar que o Diretor de Departamento decidisse o recurso administrativo, pois a delegação de competência pode abranger qualquer matéria, desde que publicada no diário oficial.
- c) a avocação da competência do servidor hierarquicamente inferior é inválida, pois não pode ocorrer de forma permanente e deve ser devidamente justificada.
- d) a delegação de competência do Secretário ao Diretor de Departamento seria válida apenas se tivesse sido autorizada previamente por lei específica.
- e) A delegação transfere definitivamente a titularidade da competência ao delegado.

30. O controle da Administração Pública tem como objetivo garantir a legalidade, a eficiência e a economicidade dos atos administrativos. No Brasil, a Constituição Federal estabelece diferentes mecanismos de controle. Com base nas disposições da CF/88, assinale a alternativa correta:

- a) o controle externo da Administração Pública é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União, que tem competência para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e julgar as contas do Presidente da República.
- b) o Tribunal de Contas da União, no exercício de sua função fiscalizatória, pode determinar a sustação imediata da execução de contratos administrativos que apresentem ilegalidades, independentemente de manifestação do Congresso Nacional.
- c) o Tribunal de Contas da União pode revisar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal na Administração Pública, incluindo nomeações para cargos em comissão e funções de confiança, garantindo a legalidade do ingresso de servidores.
- d) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União é exercida exclusivamente pelo controle interno de cada Poder, sendo o Tribunal de Contas da União apenas um órgão consultivo do Congresso Nacional.
- e) no âmbito do controle externo, compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, aplicando sanções em caso de irregularidades.

31. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), reformada pela Lei nº 14.230/2021, estabeleceu novas regras para a prescrição das ações destinadas à aplicação de suas sanções. Diante dessas mudanças, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo prescricional da ação de improbidade administrativa é de oito anos, contados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) A interrupção da prescrição ocorre, entre outras hipóteses, com o ajuizamento da ação de improbidade administrativa e, quando isso ocorre, o prazo prescricional recomeça a contar do zero, mas com a metade do tempo original.
- c) A instauração de inquérito civil pelo Ministério Público interrompe o prazo prescricional por até 365 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.
- d) A prescrição intercorrente ocorre quando, no curso da investigação preliminar, o Ministério Público ou a Administração não adotam providências dentro do prazo de quatro anos, resultando na extinção da pretensão sancionadora.
- e) O novo regime prescricional da Lei de Improbidade Administrativa, instituído pela Lei nº 14.230/2021, tem efeito retroativo, atingindo processos em andamento e podendo gerar prescrição retroativa de atos praticados antes da vigência da reforma.

32. Determinado ente da federação lançou um edital para a contratação de uma empresa para a construção de uma ponte. Durante a fase de análise das propostas, a Comissão de Licitação identificou que a empresa Construtora X Ltda. apresentou um orçamento correspondente a 74% do valor orçado pela Administração Pública. Além disso, a empresa apresentou planilhas sem detalhamento adequado dos insumos e quantitativos necessários para a execução da obra. Com base na Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá:

- a) desclassificar a proposta da Construtora Beta Ltda., pois ela apresentou um valor inferior a 75% do orçamento oficial, tornando-se inexequível.
- b) permitir que a Construtora Beta Ltda. corrija os vícios na planilha de insumos e quantitativos, desde que apresente justificativa técnica plausível, pois a desclassificação de propostas somente ocorre quando há descumprimento de regras essenciais do edital.
- c) exigir da Construtora Beta Ltda. a prestação de uma garantia adicional equivalente à diferença entre sua proposta e 85% do valor orçado pela Administração, permitindo sua participação na licitação.
- d) manter a proposta da Construtora Beta Ltda. na licitação e classificá-la normalmente, desde que o preço global esteja dentro do orçamento máximo estipulado pelo edital.
- e) suspender a licitação e reabrir o prazo para a apresentação de novas propostas, permitindo que a Construtora Beta Ltda. ajuste seu orçamento para atender ao percentual mínimo exigido pela Administração.

33. Um ente da federação publicou um edital de licitação para a aquisição de equipamentos hospitalares. No edital, foi exigido que os fornecedores estivessem previamente cadastrados em um registro cadastral complementar mantido pelo próprio ente, como requisito para acessar o edital e seus anexos. Além disso, a empresa MedTech Ltda., que não possuía cadastro no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), manifestou interesse em participar da licitação. No entanto, a Administração informou que a empresa somente poderia concorrer caso já estivesse cadastrada antes da publicação do edital. Com base na Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública:

- a) agiu corretamente ao exigir um registro cadastral complementar, pois cada órgão licitante pode estabelecer seus próprios critérios para acesso aos editais e anexos da licitação.
- b) poderia restringir a licitação apenas aos fornecedores previamente cadastrados, mas deveria permitir que a empresa MedTech Ltda. realizasse seu cadastro durante o prazo para apresentação das propostas.
- c) deveria impedir a participação da MedTech Ltda., pois o cadastro no sistema de registro cadastral unificado deve ser realizado previamente à publicação do edital, como forma de garantir maior segurança ao certame.
- d) poderia exigir o cadastro prévio dos interessados no próprio órgão, desde que houvesse previsão expressa no edital e justificativa técnica para tal exigência.
- e) agiu corretamente ao negar a participação da MedTech Ltda., pois a ausência de cadastro prévio no PNCP inviabiliza a celebração do contrato, independentemente da fase da licitação.

34. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS), instituído pela Lei nº 13.019/2014, permite que organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos apresentem propostas ao poder público, visando a possível celebração de parcerias. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta:

- a) o Procedimento de Manifestação de Interesse Social obriga a Administração Pública a realizar chamamento público e a firmar parceria com a entidade proponente da iniciativa.
- b) a realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não é condição obrigatória para que a Administração Pública realize um chamamento público para parcerias.
- c) a entidade que propôs um Procedimento de Manifestação de Interesse Social fica impedida de participar do chamamento público subsequente, para evitar favorecimento indevido.
- d) a Administração Pública tem total liberdade para instaurar um Procedimento de Manifestação de Interesse Social sem necessidade de justificativa ou publicidade dos atos.
- e) caso uma proposta apresentada no Procedimento de Manifestação de Interesse Social seja aprovada, a Administração Pública está dispensada da necessidade de chamamento público para formalizar a parceria.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

35. Com relação à desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a teoria maior, a desconconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada de ofício, ou a requerimento da parte, ou do Ministério Público.
- b) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- c) A utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores caracteriza confusão patrimonial.
- d) A desconconsideração inversa refere-se à extensão das obrigações de sócio ou de administradores à pessoa jurídica.
- e) A desconconsideração, uma vez julgada procedente, implica a dissolução da pessoa jurídica.

36. Com relação ao comodato e mútuo, assinale a alternativa correta.

- a) Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, e se perfaz com o acordo de vontades entre comodante e comodatário.
- b) Se o comodato não tiver prazo convencional, será de, no mínimo, 30 dias.
- c) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- d) O mútuo transfere a posse, mas não o domínio, da coisa emprestada ao mutuário.
- e) Os riscos, no contrato de mútuo, correm por conta do mutuante, a partir da tradição.

37. Com relação à aquisição da propriedade imóvel, assinale a alternativa correta.

- a) Adquire por usucapião extraordinária a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 anos.
- b) Para efeito de usucapião, estende-se ao possuidor o disposto quanto ao devedor acerca das causas que obstem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- c) Ainda que o teor do registro não exprima a verdade, a propriedade é atribuída àquele em cujo nome o imóvel se encontra registrado.
- d) A avulsão corresponde aos acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes.
- e) Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio adquire as sementes, plantas e construções, devendo indenizar o proprietário.

38. Com relação à união estável, assinale a alternativa correta.

- a) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e pelo prazo mínimo de dois anos, com o objetivo de constituição de família.
- b) A legislação civil não admite a união estável de pessoa casada com terceiro.
- c) As relações entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, coabitação, respeito e assistência.
- d) Na união estável, salvo escritura pública formalizada em Cartório de Notas, aplica-se às relações patrimoniais o regime da comunhão parcial de bens.
- e) Relações não eventuais entre pessoas impedidas de se casar, a exemplo de genro e sogra, constituem concubinato.

39. Com relação à sucessão em geral, assinale a alternativa correta.

- a) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- b) A herança defere-se de forma fracionada, quando vários forem os herdeiros.
- c) O direito à sucessão aberta não pode ser objeto de cessão a terceiros.
- d) Legitimam-se a suceder apenas as pessoas nascidas que estiverem vivas no momento da abertura da sucessão.
- e) A testemunha do testamento pode ser nomeada herdeira testamentária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

40. De acordo com o Código de Processo Civil, em seu depoimento pessoal

- a) A parte responderá pessoalmente ou mediante procurador.
 - b) A parte pode fazer consultas a notas breves, desde que objetivem completar esclarecimentos.
 - c) A parte pode servir-se de escritos anteriormente preparados.
 - d) A parte é obrigada a depor sobre fatos criminosos que lhe forem imputados, sob pena de incidência em crime de desobediência.
 - e) A parte poderá ter assistido ao interrogatório da outra parte.
-

41. Carlos, residente em Salvador – BA, ajuizou ação de rescisão contratual em desfavor de Mateus, residente em Maceió - AL. Segundo narra, as partes teriam celebrado contrato de compra e venda de veículo no município de Fortaleza – CE, no momento em que ambos estavam de férias. O autor teria distribuído a ação em Campinas – SP. Na referida hipótese:

- a) O juízo não poderá reconhecer de ofício a sua incompetência, uma vez que se trata de competência absoluta.
- b) O juízo somente poderá reconhecer a sua incompetência caso provocada pela parte ré em sua contestação.
- c) Por se tratar de ajuizamento de ação em juízo aleatório, será cabível a declinação de competência de ofício.
- d) Não há incompetência, no caso.
- e) O juízo somente poderá reconhecer a sua incompetência caso distribuída em apartada exceção de incompetência.

42. De acordo com as normas do Código Civil acerca do inventário e da partilha,

- a) Até que o inventariante seja nomeado, continuará o espólio na posse do administrador provisório.
- b) O juiz decidirá todas as questões de direito nos autos do inventário, vedada a remessa às vias ordinárias, por economia processual.
- c) A Fazenda Pública terá legitimidade para requerer inventário, caso haja herdeiros incapazes.
- d) O administrador provisório não possui direito ao reembolso das despesas necessárias e úteis que fez no exercício de sua função.
- e) Aquele que se julgar preterido poderá demandar sua admissão no inventário, requerendo-a antes da partilha.

43. De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso adesivo:

- a) Não será admissível no recurso extraordinário.
- b) O seu prazo de interposição é de 8 (oito) dias.
- c) Será conhecido ainda que haja desistência do recurso principal.
- d) Depende de sucumbência recíproca.
- e) Não será admissível na apelação.

44. Segundo o Código de Processo Civil, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se

- a) A partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.
- b) A partir da decisão que admite o incidente de desconsideração.
- c) A partir da publicação decisão de acolhimento do incidente de desconsideração.
- d) A partir da distribuição da ação em que ocorrer a desconsideração.
- e) A partir do trânsito em julgado da decisão de acolhimento do incidente de desconsideração.

45. De acordo com o Código de Processo civil, a alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular

- a) É vedada.
- b) Resulta na extinção do feito.
- c) Não altera a legitimidade das partes.
- d) Depende da anuência da parte contrária.
- e) Induz, necessariamente, à formação de litisconsórcio entre adquirente e alienante.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Rubens Maurício*

46. João, segurado empregado, sofreu um acidente de trabalho e ficou incapacitado para sua atividade habitual por 18 dias. Diante da situação narrada, podemos afirmar que

- a) O INSS pagará integralmente o benefício desde o primeiro dia de afastamento.
- b) O empregador arcará com os primeiros 15 dias e, a partir do 16º dia, o INSS concederá o auxílio por incapacidade temporária.
- c) O INSS pagará os primeiros 15 dias, e o empregador arcará com os dias restantes.
- d) O empregador pagará todo o período, pois o afastamento foi inferior a 30 dias.
- e) O INSS concederá diretamente a aposentadoria por incapacidade permanente.

47. Mariana, contribuinte individual filiada ao RGPS, deseja se aposentar. Sabendo que ela possui 15 anos de contribuição e tem 62 anos de idade, podemos afirmar que

- a) Mariana poderá se aposentar, desde que tenha cumprido pelo menos 180 meses de carência e continue contribuindo até completar 65 anos.
- b) Mariana não poderá se aposentar, pois para contribuintes individuais o tempo mínimo de contribuição é de 20 anos.
- c) Mariana poderá se aposentar, mas desde que comprove carência mínima de 240 meses.
- d) Mariana não poderá se aposentar, pois a aposentadoria só é concedida para segurados empregados.
- e) Mariana, desde que tenha cumprido a carência mínima de 180 contribuições, poderá se aposentar, pois atingiu a idade mínima e o tempo de contribuição exigido para segurados urbanos.

48. Carlos e Elisa, trabalhadores rurais, pretendem se aposentar por idade. A idade mínima necessária para a aposentadoria, uma vez cumprida a carência, será de

- a) 65 anos para Carlos e 62 anos para Elisa.
- b) 60 anos para Carlos e 55 anos para Elisa.
- c) 62 anos para ambos.
- d) 65 anos para ambos.
- e) 55 anos para Carlos e 50 anos para Elisa.

49. Ana faleceu deixando um filho menor de idade e seu marido desempregado. Sobre a pensão por morte deixada por Ana, é correto afirmar que

- a) Apenas o filho menor terá direito à pensão.
- b) O filho e o marido receberão a pensão, mas o benefício será extinto para o marido caso ele consiga um emprego.
- c) O marido terá direito à pensão desde que comprove dependência econômica.
- d) O filho e o marido terão direito à pensão por morte e receberão em partes iguais.
- e) Nenhum dos dois terá direito, pois Ana não era aposentada.

50. Roberto, segurado do INSS, foi demitido de seu primeiro emprego após 5 anos de vínculo empregatício. Sem novas contribuições, ele manterá a qualidade de segurado

- a) por 6 meses após cessar as contribuições.
- b) por 12 meses após cessar as contribuições, somados mais 12 meses se comprovado o desemprego involuntário.
- c) por 24 meses após cessar as contribuições, somados mais 12 meses se comprovado o desemprego involuntário.
- d) Enquanto estiver desempregado.
- e) Até que atinja a idade para aposentadoria.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

51. Em relação aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos preceitos jurídicos que tutelam o mercado de trabalho da mulher, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão.
- b) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que seja contratada por tempo determinado.
- c) Se, ao dar à luz, houver necessidade de internação por mais de 1 semana, a licença deverá se iniciar somente a partir da alta hospitalar, da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, prorrogando-se ambos os benefícios por igual período ao da internação.
- d) A incidência da estabilidade provisória da gestante somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.
- e) A mãe trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

52. Considerando as regras legais do Programa Emprega + Mulheres (Lei 14.457/2022), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) havendo a rescisão do contrato de trabalho de empregada em regime de compensação de jornada por meio de banco de horas, as horas acumuladas ainda não compensadas poderão ser descontadas das verbas rescisórias devidas à empregada, quando a demissão for a pedido e a empregada não

tiver interesse ou não puder compensar a jornada devida durante o prazo do aviso prévio.

- b) Mediante requisição formal da empregada interessada, o empregador poderá suspender o contrato de trabalho para participação em curso ou em programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, para estimular a qualificação de mulheres e o desenvolvimento de habilidades e de competências em áreas estratégicas ou com menor participação feminina.
- c) Mediante requisição formal do empregado, o empregador poderá suspender seu contrato de trabalho com filho cuja mãe tenha encerrado o período da licença-maternidade para apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira, entre outros objetivos.
- d) Empresas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) deverão incluir regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa, com ampla divulgação do seu conteúdo aos empregados e às empregadas.
- e) As empresas que receberem o Selo “Emprega + Mulher” deverão prestar contas quanto ao atendimento dos requisitos previstos em Lei a cada 4 anos, sendo vedada a extensão do uso do Selo para empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

53. Assinale hipótese que, nos termos previstos na Lei 8.036/1990, NÃO autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- a) rescisão indireta do contrato de trabalho e extinção por motivo de força maior.
- b) extinção contratual por culpa recíproca.
- c) extinção do contrato de trabalho mediante acordo entre empregado e empregador.
- d) suspensão parcial do trabalho avulso por período igual a 90 dias.
- e) trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 anos.

54. Analise as assertivas abaixo a respeito da remuneração dos empregados celetistas, considerando as regras atualmente previstas na legislação e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

- I. As gorjetas integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de horas extras, repouso semanal remunerado, aviso-prévio e adicional noturno.
- II. Segundo a CLT reformada, os prêmios não repercutem na remuneração do obreiro, ainda que pagos habitualmente.
- III. É cabível a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.
- IV. Havendo comprovada discriminação salarial por motivo de sexo, etnia, raça, idade ou origem, o infrator poderá arcar com multa de até vinte vezes o novo salário do ofendido, revertida em favor do empregado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

55. Alice é empregada na empresa Liberdade naveia Ltda. e recebe remuneração mensal de R\$ 18 mil. Supondo que o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 8.157,41, à luz das regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e o entendimento consolidado do STF, é INCORRETO afirmar que:

- a) É facultado à Alice e seu empregador firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato da categoria, ainda durante a vigência do contrato de emprego.

- b) Alice poderá pactuar cláusula compromissória de arbitragem perante seu empregador.
- c) Caso a empresa decida realizar dispensa coletiva e imotivada de seus empregados, inclusive Alice, haverá necessidade de autorização prévia de entidade sindical.
- d) Caso a empresa decida realizar dispensa imotivada coletiva de seus empregados, não haverá necessidade de autorização prévia de entidade sindical, nem se exige celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- e) Caso Alice possua nível superior, poderá estipular livremente sua relação contratual com a empresa, em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho e às decisões das autoridades competentes, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos relativamente à troca do dia de feriado.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

56. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

57. João da Penha, que trabalhava como viajante comercial, pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Alfa S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

58. A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

59. Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.

d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.

e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

60. No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.

b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.

c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.

d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.

e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

Redação

Considere o caso hipotético apresentado a seguir. Uma gestante que desempenha uma atividade classificada como insalubre em grau médio requisitou seu afastamento das atividades funcionais.

No entanto, nesse contexto hipotético, apenas as atividades insalubres em grau máximo acarretariam afastamento da grávida de suas ocupações. As atividades insalubres em grau médio ou mínimo podem permitir que a gestante seja afastada, porém a gestante terá que apresentar um atestado de um médico de confiança que expressamente recomende seu afastamento do ambiente insalubre durante a gestação.

A mesma gestante indagou sobre o exercício do seu trabalho durante a lactação, tendo-lhe sido informado que, nesse caso, seria indispensável o atestado médico que recomendasse o distanciamento da atividade desempenhada. Em qualquer hipótese, a gestante ou lactante continuaria a receber o adicional de insalubridade.

Nesse contexto, elabore um texto dissertativo contínuo de 15 linhas, em que, de modo fundamentado, desenvolva os seguintes aspectos:

- a argumentação consistente sobre se há proteção adequada à mulher gestante ou lactante, ao nascituro e ao recém-nascido nesse contexto hipotético;
- a proteção da gestante e da lactante de forma adequada no ambiente de trabalho, considerando a Constituição Federal de 1988 bem como se a situação está de acordo com a proteção dos direitos sociais das trabalhadoras;
- a correlação entre a proteção à mulher gestante e lactante e a igualdade de todos perante a Constituição Federal de 1988.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
